



DOSSIÊ POLÍTICAS CULTURAIS PROJETOS, ATORES E CIRCUITOS

“Gestor-auditor”: a retórica da peritagem na política de cultura do governo Bolsonaro

“The auditor-manager”: the rhetoric on expertise in Bolsonaro's government cultural policies

“Gerente-auditor”: la retórica de la pericia en la política cultural del gobierno Bolsonaro

Gabriel Cid¹

orcid.org/0000-0003-0479-041X
gabrielsvcid@gmail.com

João Domingues²

orcid.org/0000-0001-8971-6213
joaodomingues@id.uff.br

Leandro de Paula³

orcid.org/0000-0003-1373-8007
psleandro@ufba.br

Recebido em: 14 set. 2021.

Aprovado em: 28 dez. 2021.

Publicado em: 22 fev. 2022.

Resumo: O artigo pretende contribuir para a análise da gestão pública do setor da cultura no Brasil, investigando a produção discursiva sobre as políticas culturais no governo Bolsonaro. Examinamos posicionamentos públicos de dirigentes da Secretaria Especial de Cultura vocalizados entre maio de 2020 e junho de 2021, como via de acesso às lógicas de gestão que passam a pautar a pasta. O texto põe sob análise a constituição dos públicos dessa plataforma política e sua relação com as táticas de governança do chamado populismo digital. Como resultado, aventamos a ascensão retórica de um novo perfil de competências para o gestor público da cultura, que desafia os termos pelos quais essa tarefa foi historicamente assumida como responsabilidade do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Políticas culturais. Repertórios discursivos. Intelectuais. Sistemas-perito.

Abstract: The article seeks to present an analysis of the recent panorama of public management of culture in Brazil, probing discursive formations emerged during the Bolsonaro administration. The research is based on statements of managers of the Brazilian Government cultural department, which came to public from May 2020 to June 2021. The text examines the management logics made visible by these contents, the audiences the discourses help to shape and the connections of this phenomenon with the so-called digital populism. Finally, we suggest a kind of a rhetorical turn in the expertise profile of the public manager of cultural policies, that switches the terms by which that task was historically taken on by the Brazilian State.

Keywords: Cultural Policies. Discursive repertoires. Intellectuals. Expert-Systems.

Resumen: El artículo se propone contribuir con un análisis del actual escenario de la gestión pública de la cultura en Brasil, investigando las formaciones discursivas surgidas en el gobierno Bolsonaro. Partimos del examen de declaraciones de dirigentes de la Secretaría Especial de Cultura del gobierno brasileño que se hicieron públicos entre mayo de 2020 y junio de 2021, como una forma de acceso a sus lógicas de gestión. El texto analiza la constitución de los públicos de esa plataforma política y su relación con las tácticas de gobernanza del llamado populismo digital. Como resultado, sugerimos la ascensión retórica de nuevo perfil de competencias para el gestor público de las políticas culturales, que pone en jaque los términos mediante los cuales esa tarea fue históricamente una responsabilidad del Estado brasileño.

Palabras clave: Políticas culturales. Repertorios discursivos. Intelectuales. Sistemas-experto.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

³ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.

Introdução

O presente artigo integra uma agenda de pesquisa dedicada a mapear quadros semânticos emergentes para a gestão pública da cultura no Brasil, observando inflexões que a cena política atual produz sobre concepções e valores que estruturaram esse domínio da intervenção estatal nas últimas décadas. Em diferentes trabalhos (DOMINGUES; SANTOS; SILVA, 2018; DOMINGUES; PAULA, 2019, 2021), temos acessado essa problemática e arriscado chaves de interpretação valendo-nos de acervos de fontes que se dividem em dois polos principais: o jurídico-político (decretos, normas, instruções etc.) e o comunicacional (discursos oficiais, entrevistas, redes sociais etc.). Esse conjunto de dados nos permite investigar lógicas de justificação que sustentam a ação pública, enfocando como figuras-chave do Executivo Federal dotam a política cultural de uma racionalidade específica e mobilizam afetos no mercado das identificações políticas.

Neste artigo, procuramos analisar como indivíduos em posições de mando na atual Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal (Secult) articulam *repertórios discursivos* (MENDONÇA; ABREU; SARMENTO, 2021) que desafiam certo imaginário em torno das atribuições da gestão cultural. Em paralelo ao debate sobre as medidas estritas de regulação do campo, propomos então aqui outro mote de investigação: como têm sido postos em xeque entendimentos sobre a figura do gestor público da cultura que parecem ter sido comuns entre variados matizes ideológicos que orientaram a condução da área até o governo Bolsonaro. Assumimos que os repertórios discursivos de atores em postos estratégicos não são meras disposições vocais desconexas, mas sintomas de anseios e interpretações de mundo de variados agentes sociais que partilham determinados sistemas cognitivos, morais e estéticos. Assim, compreendemos que tais enunciados podem ser encarados como instrumentos e espaços de disputa, pelos quais se forjam os circuitos de adesão que fundamentam os processos decisórios e a ação política.

O mapeamento crítico desse conjunto de

enunciados das classes dirigentes mostra-se assim essencial para a captura de algumas gramáticas-chave que desestabilizam circuitos outrora consolidados. Tendo esse objetivo como horizonte, nosso texto se organiza em duas seções principais, além da conclusão. Na primeira delas, discorremos sobre fatos históricos recentes em torno das políticas federais de cultura, descrevemos o processo de composição do *corpus* e indicamos nossos aportes metodológicos centrais. Na segunda seção, são apresentados desdobramentos analíticos da pesquisa. Por fim, a conclusão dá relevo a questões que reclamam a continuidade dos esforços de pesquisa sobre os circuitos das políticas culturais.

1 O circuito da política cultural

Durante a década de 2000, houve um aumento significativo de pesquisas dedicadas ao tema das políticas culturais no Brasil, um repertório analítico que já se tornou, ele mesmo, objeto de atenção crítica. Santos (2017), por exemplo, indica que um traço dessa produção seria o alto contágio da rede de pesquisa com a própria tarefa da gestão da cultura, ou seja, estaríamos diante de uma espécie de ciência implicada, empreendida por agentes de certa forma envolvidos com o fazer que investigam. Outra característica seria a ênfase conferida ao Executivo Federal – em especial o Ministério da Cultura (MinC) nos governos do Partido dos Trabalhadores – como principal objeto de pesquisa (CALABRE, 2014).

Esses condicionantes fomentaram determinadas leituras do período histórico 2003-2016, responsável por fornecer uma série de novidades para a gestão pública da cultura, manifestadas na dinâmica institucional – o Sistema Nacional de Cultural, as Conferências e o Plano Nacional de Cultura como exemplos evidentes –, na avaliação de políticas públicas – o Programa Cultura Viva como referência inescapável –, ou mesmo na reelaboração de sua norma de fundo – o investimento em circunscrever as políticas culturais em torno das dimensões simbólica, cidadã e econômica (ALMEIDA; ALBERNAZ; SIQUEIRA, 2013).

Subjaz em grande parte dessas investigações

a ideia de que as políticas culturais emergem da interação entre agentes (empresas privadas, trabalhadores amadores e profissionais, associações etc.) e organizações (administração pública, mercado e sociedade), modulando circuitos que explicitam determinado *momento político-cultural* (BRUNNER, 1987). As políticas culturais dependeriam assim da conformação de certa coletividade que caracteriza o campo, com tensões evidentemente, mas também com estabilidades em torno de conceitos, hábitos e memórias.

Assumimos que a literatura consolidada em torno do tema no período 2003-2016 não raramente deixa transparecer a crença na perenidade do circuito que constituiu aquele momento político-cultural, um quadro que foi profundamente alterado nos últimos anos. Parte dos elementos que compunham a referida cena parece ter sido interrompida após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Ainda que a cultura tenha permanecido com status ministerial à época da presidência de Michel Temer,⁴ no interior do próprio MinC mostrou-se patente uma mudança de rota quanto aos sentidos da gestão pública, mais "afeita" ao registro de execução gerencial do que propriamente à abertura de canais de diálogo com a sociedade civil, desqualificados como recursos políticos ineficazes (DOMINGUES; SANTOS; SILVA, 2018). Essa guinada apresentava um quadro bastante complexo, que apontava para a renovação dos circuitos internos das políticas culturais a partir de seu manejo discursivo por grupos de interesse até então não tematizados pela comunidade de pesquisadores.

O que se anunciava na gestão de Michel Temer como contraponto à política cultural anterior ga-

nhou contornos mais dramáticos após a eleição de Jair Bolsonaro à presidência. De imediato, lembramos que o antigo MinC foi rebaixado ao posto de Secretaria Especial da Cultura (Secult) (BRASIL, 2019a), pasta que contou com um rodízio de cinco gestores apenas em seus primeiros dezoito meses de existência.⁵ Além da evidente instabilidade institucional, durante esse breve tempo assistimos a sucessivos embates⁶ do governo com a classe artística, que alimentaram a ideia de que as políticas culturais estariam passando por um "desmonte", conforme argumentado por setores da imprensa,⁷ servidores da pasta⁸ e entidades da sociedade civil.⁹

A nós, o cenário dos últimos anos apresenta um conjunto indiciário muito específico do atual momento político-cultural, mais amplo e um pouco mais complexo do que as chaves da instabilidade e do desmantelamento. Parece-nos que o atual ambiente da gestão pública da cultura revela um regime novo de leitura da realidade social, político e estético, altamente propositivo quanto à produção e controle de um determinado conjunto de sensibilidades e expositivo de certo arranjo entre os que ocupam os espaços institucionais de mando e sua audiência conexa. Por óbvio, essa nova administração das afecções sociais se realiza ao dar continuidade à desestabilização dos circuitos mais identificados com o período 2003-2016, acionando clivagens ideológicas até então pouco interferentes na produção político-cultural e renunciando aos cânones daquela ascendente comunidade epistêmica.

Entendemos que esta singularidade também é partidária de alterações significativas da própria reprodução do mundo político, como sugerem as pesquisas sobre os atuais movimentos con-

⁴ O Ministério da Cultura foi extinto na presidência de Michel Temer pela Medida Provisória 726/2016. Onze dias depois foi recriado, também via Medida Provisória.

⁵ Henrique Pires (janeiro a agosto de 2019), Ricardo Braga (setembro a novembro de 2019), Roberto Alvim (novembro de 2019 e janeiro de 2020), Regina Duarte (março a maio de 2020), e Mário Frias (desde junho de 2020, atual)

⁶ Como exemplos, citamos o cancelamento do patrocínio da Petrobras a 13 projetos culturais, após manifestação do presidente da República; as mudanças no teto de captação de recursos da Lei Rouanet; a proposta de transferência do Conselho Superior do Cinema para a Casa Civil, fatos ocorridos em 2019.

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/05/oab-entra-com-processo-contra-governo-bolsonaro-por-desmonte-da-lei-rouanet.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2021

⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/em-carta-servidores-da-cultura-criticam-desmonte-do-setor-ideologia-autoritaria-de-dirigentes-da-area-24262980>. Acesso em: 27 jul. 2021.

⁹ Como exemplo, ver o *Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro*. Disponível em: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com>. Acesso em: 16 ago. 2021.

servadores articulados em diversas faces nas esferas da economia, da religião, dos costumes, da cultura e da política. O mapa deste debate, que ganhou no Brasil associação com o termo *bolsonarismo*, indica alguns fios que se estruturam pela via do populismo digital, pela combinação bivalente entre neoliberalismo e conservadorismo e pela crise de um sistema de verdade (pós-verdade) (CESARINO, 2019, 2020, 2021; LACERDA, 2019). Essas referências nos auxiliam a pensar como as práticas discursivas analisadas neste texto se organizam em prol da realização de um específico projeto na esfera da cultura, através de mediações da pragmática do populismo e dos repertórios discursivos mobilizados em rede, em contextos nacionais e internacionais (BENNETT; LIVINGSTON, 2018).

Com base nesses estudos, acreditamos que modos de governança como aqueles que comentaremos no artigo não são invenções *apenas* nativas, surgidas após o impeachment de Dilma Rousseff. Pelo contrário, falamos de formas do fazer político que se verificam hoje em diferentes contextos nacionais, impulsionados por táticas comunicacionais que passam a pautar a atenção e o debate públicos. Ao mirarmos os reflexos dessa tendência no campo da gestão cultural brasileira, buscamos resgatar aspectos do circuito contra o qual essas novas redes se insurgem.

1.1 Composição do corpus

Na constituição do *corpus* para este artigo, optamos por investigar um fenômeno *em processo*, risco que assumimos cientes de que a proximidade temporal representa um duplo prejuízo para a análise: a escassez de investigações afins já consolidadas e nosso próprio assombro diante de situações sociais claudicantes, cujos encaminhamentos são ainda imprevisíveis para os arranjos institucionais. Nossa aposta, entretanto, é que o diagrama atual da gestão pública de cultura traz consigo inflexões que justificam o empreendimento analítico, na medida em que

a excitação societária capturada por certa elite dirigente mostra uma densidade que tende a não se diluir com a "simples" transição do ciclo político-eleitoral.

Dando sequência àquela agenda de pesquisa que privilegia fontes tanto jurídicas quanto comunicacionais, colocamos aqui em foco o segundo polo desse repertório heurístico e observamos como dirigentes da atual Secretaria Especial de Cultura constroem seus *públicos*. O termo é empregado no sentido conferido por Michael Warner, para quem "um público é um espaço de discurso organizado por nada além do próprio discurso. Ele é autotélico: [...] existe pelo fato de ser endereçado" (WARNER, 2002, p. 413, tradução nossa).¹⁰ Buscamos com isso sugerir que aos circuitos constituintes de um momento político-cultural correspondem públicos que lhes conferem legibilidade e sustentação no interior do corpo social. Tomada nesta perspectiva, a gestão da cultura pode ser entendida não apenas como o governo das instituições do Estado, mas como a condução do momento político-cultural conveniente a certos públicos, os quais se forjam por intermédio do discurso que logra condições provisórias de hegemonia. A relevância desse debate para nosso artigo tem a ver com a disputa encampada por discursos que respondem aos anseios de determinados grupos endereçando-os como atributos legítimos da vida social – portanto, como *públicos* –, ao passo em que exotizam e desqualificam interesses de outros segmentos.

Tais ideias embasam nossa pesquisa sobre como se constrói certo sentido público da gestão federal da cultura hoje, a despeito do rechaço ou mesmo da deserção de parte do circuito que a precedeu. Na seleção das fontes, damos destaque a conteúdos de redes sociais, entendidas como plataformas de governança que operam a desinstitucionalização da comunicação política recente, criando a ilusão de uma ausência de mediação entre representante e representados (CESARINO, 2019; BENNETT; LIVINGSTON, 2018).

¹⁰ Do original: A public is a space of discourse organized by nothing other than discourse itself. It is autotelic; it exists only as the end for which books are published, shows broadcast, Web sites posted, speeches delivered, opinions produced. It exists by virtue of being addressed.

Em meio a essa tendência já sob investigação pela literatura, selecionamos para análise perfis de lideranças da Secult no Twitter, espaço valorizado de comunicação de tais atores com seus públicos, onde a circularidade das postagens reforça a ocorrência de uma plateia ao mesmo tempo em que a molda (WARNER, 2002).

Escolhemos analisar a gestão de Mário Frias no órgão não apenas por ter se tornado a mais longeva no contexto do governo Bolsonaro, mas em razão dos achados da pesquisa de campo que sugeriram a sedimentação de certo quadro semântico para as políticas culturais. Conhecido como ator de novelas, produtor teatral e apresentador de programas de televisão, Mário Frias assumiu a Secretaria após escândalos que envolveram a cúpula da pasta e acarretaram sucessivas exonerações. Sem experiência prévia na gestão pública, Frias foi incumbido de garantir algum pragmatismo à Secretaria, de modo a avançar os objetivos do mandato de Jair Bolsonaro para o setor da cultura. Em nossos primeiros mapeamentos de campo, percebemos que o Secretário mantinha enfrentamentos belicosos com outros usuários do Twitter, principalmente nas interações com comentários de postagens. Mas sua conta, seguida por cerca de 249 mil pessoas no momento de produção deste artigo, também demonstrava a interação com diferentes perfis de elites políticas na elaboração de chaves interpretativas sobre as políticas culturais, por meio de textos originais ou compartilhados.

Em se tratando de um material surpreendentemente abundante, avançamos na interpretação mais molecular desses textos, buscando regularidades tanto nas pistas deixadas pelas postagens quanto na interação com outros agentes (através de compartilhamentos de notícias ou textos, divulgação de visitas oficiais, mensagens de apoio etc.). Produzimos uma tabulação dessas publicações, tomando por precaução iniciar a

coleta em maio de 2020, mês prévio à posse de Frias como Secretário. Frente ao volume do material encontrado, apelamos a recursos da chamada Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), ferramental metodológico que viabiliza análises quantitativas e qualitativas de textos, e que busca, por meio da criação de códigos e categorias de classificação, fornecer filtros para o tratamento e a interpretação dos dados. Através da identificação de palavras-chave e conteúdos de fundo em cada postagem, chegamos a indicadores dos padrões discursivos do Secretário.

Em meio à coleta, reconhecemos algumas figuras políticas centrais para a interação de Mário Frias. Dentre elas, despontavam influenciadores digitais e jornalistas (como Kim Paim, Allan dos Santos e Guilherme Fiuzza), deputados federais (como Eduardo Bolsonaro, Carla Zambeli e Marco Feliciano) e vereadores (como Carlos Bolsonaro e Sonaira Fernandes). No entanto, desde o fim do ano de 2020, e com muito mais intensidade durante 2021, o posto de seu principal interlocutor foi assumido por André Porciuncula, nomeado também em 2020 para comandar a Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura. Encontramos alto volume de textos de Porciuncula compartilhados pelo Twitter de Frias, o que, somado a diversas mensagens de apoio mútuo – incluindo tratamentos com alta identificação de fraternidade¹¹ –, sugeriu a organicidade entre os dois agentes na produção de sentidos para a gestão da cultura.

Assim como Frias, Porciuncula não possuía experiência como gestor público até ser empossado na Secretaria Nacional de Fomento: suas credenciais profissionais o ligavam à Polícia Militar da Bahia, onde ingressou em 2005, sendo posteriormente promovido a tenente e capitão. Na medida em que se revelou um personagem igualmente central para nossa pesquisa, dedicamos a Porciuncula os mesmos procedimentos

¹¹ Podem ser tomadas como referência dessas formas de tratamento as alusões de Frias a Porciuncula por meio de termos como "irmão" ou "tmj" (estamos juntos), como exemplificam postagens de apoio feitas em 15 de março e 27 de maio de 2021, respectivamente: "Todas as decisões tomadas na minha gestão estão em harmonia com as leis e com CF. Fique firme meu irmão @andreporci pois nunca estaremos sós. Deus te abençoe. TMJ"; "Pela primeira vez na história existe respeito ao pagador de impostos. Não vamos recuar. A sociedade exigiu isso nas urnas. Avante Capitão Cultura. O choro é livre. Tmj". Disponíveis em: <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1371565838566883331?s=21p>; <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1397907776412676100?s=21>. Acesso em: 10 set. 2021.

tomados com as publicações de Mário Frias. Produzimos um espelho da tabulação anterior, respeitando o mesmo princípio de antiguidade e iniciando a coleta em julho de 2020, mês anterior à nomeação.¹² Se o universo de interação com figuras públicas mantinha semelhanças com o perfil de Frias e sugeria uma mesma rede de apoio à gestão, a conta de André Porciuncula, seguida por cerca de 115 mil usuários do Twitter no momento de produção deste texto, demonstrou ser muito mais ativa na produção de textos inéditos, enquanto a de Mário Frias apresentava número maior de compartilhamentos.

Para a realização do artigo, foram lidos aproximadamente 5 mil *tweets* publicados desde maio de 2020 (Mário Frias) e julho de 2020 (André Porciuncula) até o mês de junho de 2021, dentre os quais privilegiamos postagens que continham referências explícitas à gestão cultural. Descartamos textos que faziam menção à vida pessoal das autoridades, congratulamentos a festas de fim de ano e assemelhados. Também decidimos não incluir as referências à crise sanitária do COVID-19, optando por selecioná-las apenas quando fizessem referência ao campo cultural. A palavra-chave mais encontrada nesse procedimento preliminar foi "Bolsonaro", em geral acionada para compartilhamento de conteúdo do perfil do presidente ou como recurso de apoio ao governo. Tal qual a escolha que fizemos acerca da pandemia, preferimos analisar tais achados apenas quando acompanhados de menção direta à gestão cultural. Após esse tratamento inicial, o conjunto de textos foi reduzido a um volume um pouco maior do que 700 *tweets*.

Ao determo-nos mais verticalmente sobre esses dados, constatamos um repertório de expressões que revelaram certos investimentos discursivos de Frias e Porciuncula. Além da esperada alta frequência da palavra "cultura" (e suas variações: "culturais", "culturas" etc.), foi possível perceber a atenção dos dois agentes na divulgação de ações de equipamentos ou

entidades do governo federal, como a Cinemateca Brasileira, a Fundação Nacional de Artes (Funarte), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), dentre outras. Assomou também um volume considerável de conteúdos que desqualificam oponentes: partidos políticos identificados com a esquerda, a imprensa profissional, as agências de checagem de notícias e a comunidade científica.

Entretanto, uma sinalização de outra ordem nos chamou atenção: a articulação entre a moralidade pecuniária e a retórica da batalha e da contrarrevolução, traduzidas discursivamente no escopo da administração dos recursos públicos que financiam projetos culturais por meio de renúncia fiscal. Assistimos na coleta ao constante esforço de Frias e Porciuncula em projetarem seus papéis como gestores cautelosos do erário público, que recusam os termos do circuito anterior. Palavras-chave como "auditoria", "moralização" e "regra de controle" surgem como antíteses da "farras com dinheiro público" e dos "fins políticos/ideológicos" da "elite artística sindical". O esquema retórico tornado visível por esses agentes nos indica a estabilidade de certas condições enunciativas que têm ganhado tradução político-institucional, criando um ecossistema de sentidos com funcionalidades correlatas, inventivo em sua forma e persuasivo junto às audiências que pretende amearhar.

Em nossa análise, esse ecossistema se estrutura a partir da interação entre dois eixos discursivos principais: 1) a suspeição quanto às competências que fundamentavam a gestão pública da cultura no circuito anterior, de modo a submeter esse campo da ação política a um novo regime de conhecimento especializado; 2) a demarcação da vilania, a fim de propiciar a identificação depreciativa de atores políticos, sociais e epistêmicos. Esses eixos embasam performances discursivas para os dois agentes investigados, viabilizando o aparecimento de um quadro semântico no qual a função pública do

¹² Importante citar que a nomeação de André Porciuncula se deu em 7 de agosto de 2020, mas o ato de nomeação foi tornado sem efeito no dia 16 de setembro de 2020. André Porciuncula seria finalmente nomeado no dia 29 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2020/09/30/governo-nomeia-de-novo-pm-para-cargo-na-secretaria-de-cultura.htm>. Acesso em: 16 ago. 2021.

gestor da cultura é embaralhada com as atribuições de um auditor de contas. Na próxima seção, descrevemos como essa operação discursiva é empreendida no *corpus* da pesquisa.

2 O gestor como perito

Comentamos na seção anterior que o circuito da política cultural é plástico, suscetível às mudanças do curso histórico e do ciclo político, natureza que o leva a adquirir a forma de um *momento* (BRUNNER, 1987). A esse fato, parte expressiva da pesquisa brasileira dedicada ao tema parece ter reagido privilegiando as relações entre o governo federal e representantes da classe de trabalhadores da cultura e de grupos promovidos a agentes culturais entre 2003 e 2016. Como destacamos, transversal a essa produção intelectual teria sido a crença na perenidade do arranjo de forças que viabilizou certos feitos e entendimentos para as políticas culturais naquele período. Esses pontos sugerem antecedentes importantes para a compreensão das rupturas de sentido propostas no plano recente da Secretaria Especial de Cultura, guinadas que miram sobretudo o *perfil de competências* que delimitou a especificidade da gestão cultural como tarefa de responsabilidade do Estado brasileiro.

Nas últimas décadas, diversas pesquisas vêm se ocupando do desenho de Estado que resulta da implementação histórica de políticas de transparência, com análises dos procedimentos de vigilância e controle de riscos que se desenrolam no interior das instituições públicas, em sintonia com dinâmicas de mercado. Simone Brito (2019, p. 217), por exemplo, aponta como tem-se aberto um campo de investigação das ações estatais que contempla a economia moral dos agentes nelas implicados, por meio da observação "do

cotidiano das burocracias e das rotinas de produção da dominação".

Certamente, essa disposição não é exclusiva do caso brasileiro ou do campo das políticas de cultura. Mas, em trabalho anterior (DOMINGUES; SANTOS; SILVA, 2018), notamos como, desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, os rumos desse setor no Executivo Federal já vinham sendo condicionados por um linguajar gerencialista, que transformava o discurso da correta administração do erário público em um ativo de significado político e moral. A essa tendência, inicialmente insuflada pelo sentimento antipetista e circulante há pelo menos meia década na pasta, a gestão Mário Frias apresenta novos valores e táticas, ilustrados pela ascensão do instituto da auditoria de projetos culturais beneficiados pela Lei nº 8.313 – conhecida como Lei Rouanet (BRASIL, 1991).¹³

Mecanismo de fomento público às atividades culturais mais conhecido do país, a Lei Rouanet possui notórios impasses de gerenciamento, como os altos índices de concentração dos projetos beneficiados em determinadas regiões e em número restrito de proponentes (COSTA; MEDEIROS; BUCCO, 2017). Essas não foram pautas ignoradas pela comunidade acadêmica (GUIMARÃES, 2020) e pelas autoridades públicas durante os ciclos políticos anteriores.¹⁴ No entanto, as chaves de crítica acionadas por Frias e Porciuncula espelham novos tipos deajuizamento, em enunciados que, sem recusarem a importância da Lei para o mercado cultural, buscaram lançar sobre a Secretaria a imagem de uma instância da administração pública até então desordenada e permissiva, a qual as novas lideranças se incumbem de reger, em uma espécie de missão.

Esse recurso pode ser notado nos primeiros meses da chegada de André Porciuncula à Secult. Em dezembro de 2020, o Secretário de Fomento

¹³ A Lei nº 8.313 criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), baseado em um sistema tripartite de financiamento, que até hoje operou por apenas dois mecanismos: o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e o Incentivo a projetos culturais (mais conhecido como "mecenato"). Esse último dispositivo concentrou em torno de 90% dos recursos do Pronac nos anos 2000 e 2010 (COSTA; MEDEIROS; BUCCO, 2017), fato que levou a Lei a ser identificada como um sinônimo do mecenato. Para acessar os recursos públicos por essa via, o proponente deve inscrever uma proposta no Sistema de Acesso às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), sendo posteriormente avaliada em vários trâmites. Após a captação de recursos e realização do projeto, o proponente presta contas ao governo. Importante citar que análises subjetivas quanto ao valor artístico ou cultural da proposta são vedadas pela Lei, concentrando-se apenas na análise técnica.

¹⁴ Ver, por exemplo: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-07-29/em-reuniao-no-rio-ministro-da-cultura-diz-que-lei-rouanet-e-perversa-e-pouco-democratica>. Acesso em: 10 set. 2021.

e Incentivo compartilha uma matéria do jornal *O Estado de SP* – do mês de março do mesmo ano – sobre a condenação de 12 pessoas por prática ilícita na execução financeira de recursos da Lei Rouanet.¹⁵ Na legenda da imagem com o título da reportagem, Porciuncula defende a “importância de estabelecer um fluxo entre entrada de novos projetos e a capacidade de *auditoria*” (grifo nosso).¹⁶ O empenho em demonstrar esmero com o recurso público é confrontado ao suposto descontrole gerencial do Estado brasileiro: “aprovações em massa, sem qualquer preocupação com a capacidade operacional de auditarmos os projetos, só irá (sic) beneficiar quem eventualmente queira praticar crimes”.¹⁷ A potencial criminalidade dos usuários diretos da Lei tornou-se tema largamente explorado como artifício discursivo por Frias e Porciuncula durante o ano de 2021, conectando-se a um circuito de pulsões sociais que projeta sobre o mecanismo e seus beneficiários a ideia do compadrio e da corrupção latente.

Outras chaves interpretativas apareceriam no *corpus*, circunscrevendo melhor a teia enunciativa dos mandatários. Em março de 2021, por exemplo, o Secretário de Fomento e Incentivo chamou de “hipócritas” aqueles que denunciam um “desmonte da cultura” em curso, afirmando que, pelo contrário, estaria se havendo com mais de 15 mil projetos contemplados com recursos da Lei Rouanet que encontrara com prestações de contas em aberto. Segundo André Porciuncula,

“realizar um processo rigoroso e célere de *auditoria* dos projetos culturais é um passo fundamental para *moralizarmos* os mecanismos de fomento da Rouanet. Sem isso, é impossível definir uma política pública cultural” (grifo nosso).¹⁸

Meses antes, o mesmo Secretário articulara

esse mote ao se posicionar diante de críticas divulgadas na grande imprensa: no fechamento do ano fiscal de 2020, mais de 400 projetos culturais ficaram sem autorização para captação de recursos, o que inviabilizou o aporte de cerca de 500 milhões de reais já assegurados por empresas interessadas em apoiar as iniciativas. Em resposta à acusação de que teria levado os agentes culturais a perderem os patrocínios, Porciuncula enfatizou o senso da tarefa do qual se vê imbuído na Secretaria de Fomento e Incentivo:

“não se pode perder o que nunca foi concedido. Isso é dinheiro público, renúncia fiscal. A mídia militante tentará a todo custo me transformar num mero *carimbador*, não vão conseguir. Só aprovaremos a exata quantidade de projetos que for possível *auditar*. Respeito com o povo!” (grifo nosso).¹⁹

Em diversas outras manifestações públicas desde que assumiram seus cargos, Mário Frias e André Porciuncula reiteraram esse valor do programa de gestão que buscam imprimir à Secretaria Especial de Cultura, antecipando para sua audiência no Twitter a meta de que a aprovação de qualquer projeto viesse a corresponder à auditoragem de outro projeto.²⁰ Esse mote discursivo demarca a posição de distinção desses gestores em relação ao circuito anterior, como Frias taxativamente afirma em junho de 2021:

A narrativa ideológica criada nos acusa de desmonte da política pública cultural. Eu me pergunto: qual política pública? Os antigos governos distribuíam dinheiro do contribuinte para 10% de grandes empresas, e sequer tinham a preocupação de auditar os projetos, para saber se foram devidamente entregues. Vocês nunca fizeram política pública, vocês jogavam dinheiro para o alto, e sempre para o mesmo clubinho elitista. Não mais! Vamos popularizar os mecanismos de fomento à cultura.²¹

O breve texto do Secretário é bastante reve-

¹⁵ Trata-se de um resultado judicial da “Operação Boca Livre”, ação conjunta da Polícia Federal e da Controladoria Geral da União, do ano de 2016. Essa operação mobilizou uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Federal no mesmo ano e é constantemente lembrada nos circuitos à direita como uma simetria entre o uso da Lei Rouanet e o beneficiamento pessoal. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-condena-12-por-fraudes-e-desvios-de-r-21-milhoes-com-lei-rouanet>. Acesso em: 10 ago. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://twitter.com/andreporci/status/1340054623600713731>. Acesso em: 10 set. 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://twitter.com/andreporci/status/1340054623600713731>. Acesso em: 27 jan. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://twitter.com/andreporci/status/1374718492306501637>. Acesso em: 10 ago. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://mobile.twitter.com/andreporci/status/1344610769632161793/photo/1+>. Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁰ Disponível em: <https://twitter.com/andreporci/status/1341048975772823553>. Acesso em: 10 set. 2021.

²¹ Disponível em: <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1408546067256426496>. Acesso em: 10 set. 2021.

lador sobre como o instrumento da auditoria se tornaria o pilar para superar o aparente desvio elitista das gestões anteriores e produzir-se, enfim, política pública. Ainda que a concentração de recursos no funcionamento da Lei tenha sido amplamente criticada por antigos mandatários da pasta, o que se coloca em questão agora é a própria legitimidade de quem enuncia o julgamento, sendo Frias e Porciuncula lidos como agentes de fora do circuito que virtualmente se beneficiaria do mecanismo.

Em nossa imersão no campo, percebemos esses agentes anunciarem com frequência certa atmosfera de ansiedade entre seus interlocutores quanto à iminente divulgação da "lista da Rouanet",²² ou seja, uma relação de indivíduos e empresas que teriam se beneficiado ilicitamente de recursos públicos no ciclo anterior. Em 18 de maio de 2021, Frias anuncia que Porciuncula lhe apresentara "um relatório preliminar, que mostra como a lei foi mal usada".²³ Reconhecia também "indícios de crimes", encaminhando "os resultados aos órgãos competentes (TCU, PF e MPF)". No mesmo mês, Porciuncula também alude a um relatório da auditoria das contas do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural do período petista, dizendo-se "surpreso com o valor substancial gasto com o envio de 209 pessoas para Cuba, num valor de 685 mil reais".²⁴ No mês seguinte, a ênfase miraria a realização do objeto do projeto cultural incentivado:

"mais de 75% do que foi investido sequer teve seu objeto auditado. A política pública anterior era derramar dinheiro e torcer para a ação cultural acontecer, mesmo sem fiscalização".²⁵

Esses breves exemplos sinalizam um dos investimentos discursivos centrais dos mandatários: seja pela chave do "indício", da "surpresa" ou da desconfiança sobre a própria realização do projeto, os eixos da ação política são definidos pela possibilidade da ordem punitiva frente à

permanente virtualidade da corrupção. Tal diagrama ganharia contornos concretos quando, por portaria (BRASIL, 2021), o Ministério do Turismo reprovou as contas de projetos de duas importantes instituições – a Fundação Roberto Marinho e a Associação de Amigos do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro –, exigindo a devolução dos valores recebidos e inabilitando por três anos a apresentação de novos projetos na Lei Rouanet.

Importa destacar que a agenda da auditoria de projetos não surge frente a um vazio político, como um fato inventado pelos atuais dirigentes da Secult; trata-se, antes, da instrumentalização de uma questão publicamente conhecida há ao menos uma década. Em 2011, o Tribunal de Contas da União apontou a incapacidade do então Ministério da Cultura em analisar os projetos que aprovava pela Lei Rouanet, o que gerava um volumoso passivo para a pasta. Em 2013, o MinC chegou a contratar mais de uma centena de servidores temporários para uma força-tarefa com esse fim. No entanto, um relatório produzido em 2016, ao fim da gestão de Juca Ferreira, indicou a existência de mais de 12 mil projetos sem análise – aprovados entre 1991 e 2011 –, os quais exigiriam quase 19 anos para serem plenamente auditados, segundo cálculo do próprio Ministério.²⁶

Frias e Porciuncula ocupam assim um flanco aberto da gestão pública da cultura, ao passo em que respondem discursivamente a uma audiência ávida pela punição da "lista da Rouanet". Mais do que a fidedignidade ou a pertinência das medidas aventadas para a fiscalização de projetos financiados com recursos públicos, propomos interpelar o vocabulário mobilizado por tais agentes em posição de mando, que funciona como índice de certo modelo de compreensão das políticas culturais.

2.1 A lógica do regime de peritagem

²² Disponível em: https://twitter.com/daniel_sousa10/status/1366475107871436812. Acesso em: 10 set. 2021.

²³ Disponível em: <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1394631482644340745>. Acesso em: 10 set. 2021.

²⁴ Disponível em: <https://twitter.com/andreporci/status/1397906904567799814>. Acesso em: 10 set. 2021.

²⁵ Disponível em: <https://twitter.com/andreporci/status/1404404631934062592>. Acesso em: 12 set. 2021.

²⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1783728-minc-precisa-de-quase-19-anos-para-fechar-contas-de-projetos-da-rouanet.shtml>. Acesso em: 6 set. 2021.

Entendemos que, por meio de Mário Frias e André Porciuncula, a retórica do *gestor-auditor* tem ascendido no plano da Secretaria Especial de Cultura delineando um gênero determinado de especialização laboral. De acordo com esse mote, estaríamos frente à urgência por uma forma de atividade ao mesmo tempo técnica e transparente, a ser desempenhada por especialistas em cuja perícia se pode *confiar*. Recusando a condição de "mero carimbador" dos anseios da classe artística e da grande mídia, a performance discursiva em torno do *novo gestor público* implica capacidades específicas e a missão de moralizar os mecanismos de fomento à cultura, em nome do "respeito com o povo".

O apelo demagógico produzido pela ideia de controle sobre os fundos públicos de fomento à cultura denota uma pauta que, nas últimas décadas, vem conectando grupos conservadores de diversos países na luta contra a circulação de obras, valores e expressões com os quais antagonizam (BAUERLEIN; GRANTHAM, 2009). Em parte devedora da recepção da tese do *marxismo cultural*²⁷ em variados contextos nacionais, essa tendência tem repercutido no panorama brasileiro recente e sido capaz de produzir no setor certa atmosfera de intimidação quanto à eventual discricionariedade das instâncias regulatórias da área.

Interessa-nos observar aqui que a emergência retórica do instituto da auditoria de projetos no âmbito da Secretaria traz também consigo dimensões propositivas, ao sugerir um conjunto de prioridades para a gestão pública da cultura. Nesse sentido, as manobras discursivas adotadas pelos agentes à frente da pasta buscam não apenas intimidar certos públicos, mas também dar materialidade às aspirações de outros, e parecem fazê-lo aludindo à relação que, na experiência moderna, veio a se estabelecer entre cidadãos comuns e os chamados *expert systems*.

A ideia de Giddens (1997) propõe que sociedades complexas, pautadas por alto nível de

especialização das atividades laborais, são marcadas pela criação de sistemas de competência formados por conhecimentos e práticas que não são dominados por quem atua como seu *cliente*. Assim, diante de *expertises* e habilidades que não manejamos, depositamos nossa confiança na capacidade dos agentes que dedicaram tempo e estudo para se especializarem naquele fim. Da biomedicina à aviação comercial, diversos *sistemas-perito* fazem parte do cotidiano das sociedades modernas, configurando universos nos quais o indivíduo não-competente interfere apenas sob a condição de consumidor: a preferência por este ou aquele profissional, empresa ou serviço que melhor atenda suas necessidades ou objetivos.

Mas Giddens destaca ainda outra característica significativa: ao contrário do tipo de saber arcano, místico e totalizante que distinguia alguns poucos indivíduos nas sociedades pré-modernas (feiticeiros, profetas, sábios etc.), os sistemas-perito são definidos por formas de conhecimento por princípio acessíveis a qualquer pessoa. Estamos diante de uma modalidade não esotérica de saber, e por mais "misterioso" que pareça a quem não o domina, seu segredo poderia ser desvendado por quem se aplicasse, sistematicamente, em aprendê-lo. Logo, um perito em um tema é, necessariamente, um leigo em outras áreas, dado que seu conhecimento não é universal, e sim especializado. Isso é o que faz do especialista um cidadão ontologicamente nivelado com os outros, cujo prestígio deriva menos de dons pessoais do que de habilidades lentamente forjadas no interior de um circuito estruturado por competências técnicas.

Convocamos a noção de *sistema-perito* para aventar um eixo das transformações em torno das políticas culturais que parece ganhar forma no primado da ordem proposto pela Secretaria Especial do governo Bolsonaro. Em paralelo à crítica ao "desregramento" da cultura - impresso no passivo das prestações de conta, na negligência com o

²⁷ Ver, por exemplo, Pinto (2019), para quem o uso da noção do *marxismo cultural* se manifesta em dois centros de poder do governo de Bolsonaro: "o núcleo familiar-ideológico" e o "núcleo militar". Essa noção seria resultado de leituras surgidas entre neoconservadores norte-americanos nos anos de 1980, sendo uma resposta à suposta situação de "guerra de 4ª geração", posteriormente denominada "guerra híbrida". No Brasil, essa ideia ganha musculatura em publicações realizadas pelo general da reserva Sérgio Augusto de Avellar Coutinho.

dinheiro público, nas pressões indevidas de artistas e da imprensa pela aprovação de projetos -, desponta o esforço em submeter a área ao domínio de uma especialização *técnica e transparente*. É dizer: o gestor-auditor encontra-se menos em relação de continuidade com as competências e ambições que conformam o campo produtivo da cultura do que como um agente a ele externo, um *perito* capaz de conferir racionalidade e decoro ao ciclo da política pública. Isso porque suas habilidades não seriam determinadas por inclinações ideológicas ou talentos pessoais que o afastam do cidadão comum, mas justamente por representar os interesses das pessoas não-competentes no projeto de "moralização dos mecanismos de fomento à cultura".

Esse elogio da técnica marca presença na cena recente da Secretaria de Cultura, sendo articulado por suas lideranças imediatas e respaldado por atores políticos aliados. Em 2021, por exemplo, o órgão vetou que o Instituto Vladimir Herzog captasse recursos via Lei Rouanet, justificando que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da entidade não seria exclusivamente dedicada ao setor cultural. A alegação de que a Secretaria cometia um ato de perseguição política rapidamente assomou na imprensa, com a *Folha de SP* destacando que aquela seria "a primeira vez, em dez anos, que um projeto da instituição é rejeitado".²⁸ Em resposta, André Porciuncula inverteu a denúncia e capitalizou a repercussão de seu próprio gesto:

gostaria de agradecer a Folha de São Paulo por pontuar uma questão importante. Creio que, durante o processo de auditoria, seja conveniente apurar se foram devidas, e se estavam de acordo com as regras legais, as captações durante esses últimos dez anos.²⁹

Já o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro mobilizou a audiência de suas redes sociais sintetizando: "se fossem dar Rouanet para um Instituto de nome Brilhante Ustra, diriam é ideologização e etc. O governo é técnico, ponto. Aplica a lei".³⁰

A ideia de um governo técnico, cujo âmbito de ação se restringe ao correto exercício da lei, é sem dúvida uma aposta estratégica para atores em busca de governabilidade e lastro eleitoral. É também exemplo de uma tendência mais ampla de nossa atualidade histórica, derivada da fabulação de uma política que possa ser substituída pela técnica, de tal modo que a dimensão do conflito se desfaça graças à intervenção de uma forma não-política de gestão (ŽIŽEK, 2012). Os especialistas - aqueles cujas competências foram formadas às custas de certo empenho, mas que não estão em relação de exterioridade com o plano dos cidadãos comuns - aparecem aí como candidatos legítimos para a tarefa de definir, *tecnicamente*, modos ideais de governo. Parte das transformações por que passa a gestão federal da cultura parece assim poder ser compreendida pelo surgimento de certo *valor-perícia*, que estabelece uma distinção entre o gestor público e os agentes implicados com o setor cultural, e, ao mesmo tempo, a sua equivalência com o cidadão comum que afirma representar.

Se essa é uma chave possível para a leitura da transição que testemunhamos, resta, no entanto, identificar uma contradição muito específica que ela introduz no debate sobre as políticas culturais. Pesquisas recentes (BENNETT; LIVINGSTON, 2018; CESARINO, 2021) vêm demonstrando que o fenômeno político e comunicacional conhecido como *pós-verdade* é capaz de colocar em xeque justamente a autoridade dos sistemas-perito, frente à pluralização dos canais para a constituição de juízos sobre a realidade, à fragmentação do discurso público e ao descrédito das gramáticas usuais da confiança epistêmica.

Sem negligenciar, portanto, que estamos diante de uma crise dos sistemas-perito, parece-nos que o quadro da Secult revela a emergência de um específico "regime de peritagem" para a cultura, cuja legitimidade se constitui a partir da suspeição em torno de determinadas formas de conhecimento. Pensar nas particularidades e

²⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/02/governo-bolsonaro-reprova-projeto-do-instituto-vladimir-herzog-na-rouanet.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2021.

²⁹ Disponível em: <https://twitter.com/andreporci/status/1360306341290536960>. Acesso em: 12 ago. 2021.

³⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CLM2QfIF6kM>. Acesso em: 10 ago. 2021.

contradições desse regime permite-nos aventar chaves além do “desmonte” das políticas culturais, que rege parte das interpretações sobre a atual Secult. Sendo os discursos aqui analisados peças da construção reflexiva de um público, essa ideia nos faz desviar da leitura superficial do que seria disfuncional no circuito do bolsorismo, indicando, ao contrário, a organicidade de enunciados que dão lastro à ação política.

Uma ambivalência parece então ser encenada na Secult como decorrência do fenômeno da pós-verdade, essa circunstância cognitiva na qual o saber especializado entra em declínio na conformação do mundo público, sendo justaposto a discursos não competentes. Por um lado, a gestão Mário Frias contradiz essa tendência inculcando no âmbito da Secretaria um novo e estratégico *valor-perícia*; mas, por outro lado, esse regime de peritagem busca também esvaziar o lugar público do *saber* que definiu historicamente o estatuto da política cultural para o Estado brasileiro.

Como sugere Botelho (2007), o surgimento de uma pasta dedicada ao tema da cultura na estrutura oficial do governo, no bojo da abertura democrática dos anos 1980, foi antecedido por uma série de experiências de gestão em diferentes âmbitos da federação. A atuação de personalidades como Mário de Andrade (no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo), Rodrigo Melo Franco (no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Aloisio Magalhães (no Centro Nacional de Referência Cultural) comparece, na historiografia de nossas políticas culturais, como uma espécie de pano de fundo obrigatório para a ascensão do Ministério da Cultura no ocaso do regime militar. Um implícito costuma assim informar nossas concepções nativas da política cultural: ela seria uma arena de relações entre conhecimentos e práticas cuja institucionalização como objeto de governança pública demanda o empenho de um tipo específico de *competência*.

Aludimos à participação, neste circuito, de indivíduos dotados de capacidades e aspirações reconhecidas como comuns aos agentes do campo cultural, que se aventuram na arena da gestão pública em um gesto que funde empreendedo-

rismo e responsabilidade civil, ou, nos termos de Botelho (2007, p. 131), “lucidez e integridade”. Na trajetória de nossas políticas de cultura, esse foi o papel reservado a um agente determinado: o *intelectual*. Tal personagem desempenha função-chave nos entendimentos recorrentes da gestão pública da cultura, na medida em que sua capacidade reconhecida está em articular sentidos próprios e politicamente persuasivos da cultura que se torna alvo da ação estatal. Falamos de agentes cujo *perfil de competência* é capaz de prescrever os vocabulários e os rumos das políticas culturais, já que assentado sobre o domínio da matéria para a qual formas de governança são propostas.

Sabemos que, no Brasil, diferentes grupos de influência se ocupam da formulação e implementação de políticas culturais, em geral dando forma a uma triangulação entre “uma elite política (a burocracia estatal), uma elite econômica (que financia direta ou indiretamente a cultura) e uma elite intelectual (que formula o “software” da política cultural)” (MUNIZ JR.; BARBALHO, 2020, p. 4). Na perspectiva de Muniz Jr. e Barbalho, a elite intelectual que responde pelo conteúdo da política pública de cultura teria sido, em termos históricos, “convocada, contratada ou cooptada pelo Estado” (MUNIZ JR.; BARBALHO, 2020, p. 4), servindo como “‘mediadora’ privilegiada entre os saberes gerados nos espaços institucionais (universidades, institutos históricos e geográficos etc.) e os saberes das populações excluídas ou marginalizadas” (MUNIZ JR.; BARBALHO, 2020, p. 4).

Durante a trajetória de nossas políticas públicas, parece ter exercido apelo simbólico entre expoentes das humanidades, das artes e das letras essa função de “intérprete do social”, que captaria o sentido das diferentes manifestações culturais e as traria para a coordenação do Estado (BARBALHO, 1998). Ecoando o que Domingues (2020) chama de “província prático-hermenêutica da vida social”, a atuação de intelectuais, em sintonia com lideranças sociais e corpo técnico mais estável da burocracia do Estado, viu-se como responsável por transformar bens e práticas culturais

em objetos de políticas, por meio de programas e ações voltados para públicos determinados. Ao se posicionarem assim como agentes solidários a projetos de sociedade inclusivos, intelectuais detiveram, "não por intervenção divina, mas por um pacto social, quase exclusividade das falas no debate público" (DOMINGUES, 2008, p. 101). Tal pacto estaria fundamentado na representação dos interesses e vocações culturais das classes subalternas, um acordo político que, segundo Miceli (1985), esteve sempre pautado por diferentes condições sociais de existência:

há razões estruturais e institucionais suficientes para a postura ativa e distante de inúmeros segmentos da *intelligentzia* brasileira, e também para esse ideal ou essa missão política que ela atribui a si própria. A *intelligentzia* brasileira - é preciso dizer com todas as letras - tem condições sociais para se atribuir elevadas e dignificantes missões políticas. Mas parece-me que a discussão sobre a relação entre os intelectuais e o Estado começa nas condições sociais de existência desses intelectuais e não no conteúdo doutrinário da missão que eles se atribuem. Dificilmente, o sistema político tem, como no Brasil, um ator que assume uma missão tão importante como de fazer diagnósticos e impor diretrizes, nas principais arenas de luta: a economia, a política e a cultura. Há uma base, é claro, uma condição social indispensável a toda essa encenação: a maioria dos intelectuais no Brasil está muito distante das classes populares e mantém sua relação com estas classes no registro do exótico e do folclórico (MICELI, 1985, p. 127).

No que compete ao campo das políticas públicas de cultura, sabemos que essa tradição foi de certa forma perturbada nos mandatos do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal, com a mobilização de instrumentos de participação que levaram grupos subalternizados a assumirem papel de sujeitos de algumas ações políticas (MUNIZ JR.; BARBALHO, 2020). À época, modos de reconhecimento civil foram franqueados com base no discurso sobre a dimensão simbólica da cultura, que seria um elemento indissociável da cidadania, conforme o princípio que fundamentou a gestão de Gilberto Gil.

As cisões entre o período 2003-2016 e a cena que descrevemos neste texto são sem dúvida numerosas, incluindo a atrofia dos espaços de interlocução do Governo Federal com a socieda-

de (conselhos, conferências etc.). A contrapelo, aparecem com as redes sociais novos canais e lógicas de interação com públicos outros, reordenando o arranjo que viabilizava as políticas federais para a cultura. Interessa notar que esse novo desenho exclui do rol dos formuladores das políticas não só os movimentos civis - cuja participação parece ter correspondido a uma excepcionalidade do período petista -, mas também a elite intelectual que historicamente elaborou o seu "*software*". Não nos soa casual que Mário Frias e André Porciuncula, os agentes que conferiram pragmatismo retórico à pasta no conturbado mandato de Jair Bolsonaro, ostentem perfis bastante distintos da intelectualidade que, via de regra, realizou a mediação entre governo, academia e os saberes das populações excluídas, em prol da delimitação do sentido da "cultura".

O programa da atual Secult parece, portanto, colapsar certa compreensão das exigências da gestão cultural ao buscar interpretá-la como um regime de peritagem, estruturado pela confiança em determinado tipo de conhecimento e pela suspeição quanto à competência anterior, tratada como não especializada e própria do intelectual. Esboçando a figura do gestor-auditor, tal projeto discursivo sugere que a habilidade necessária para a administração do setor deve ser acessível ao cidadão comum, e que um saber incapaz de tal tradutibilidade não estaria autorizado a definir o significado público da cultura. Coloca-se assim em questão aquele perfil de competências que fez dos intelectuais - e, sobretudo, de agentes oriundos do campo das artes e das humanidades - os responsáveis pelo conteúdo da política cultural: indivíduos detentores de projeção pública prévia, talentos pessoais consagrados e repertórios de conhecimento altamente singulares, traços contra os quais se insurge uma nova lógica de gestão.

Popular entre variados espectros ideológicos hoje, a recusa das elites intelectuais pauta novos circuitos da gestão cultural, desmerecendo como "arcanas", parciais ou mesmo mal-intencionadas competências que o mundo político e a literatura acadêmica já posicionaram como fontes legiti-

mas de autoridade sobre a cultura. Nos quadros da pós-verdade, nos quais o debate público se fragmenta e antigos pactos sociais se fragilizam, a representação de interesses desempenhada pelos intelectuais no campo da gestão cultural parece assim transformada em alvo de suspeita, como um risco à transparência da máquina pública e ao que seriam os reais anseios da população brasileira, vocalizados por novos públicos.

Considerações finais

A performance discursiva do gestor-auditor parece responder a expectativas do núcleo de interessados ao qual designa a reprodução de seu circuito, constituindo enunciados de responsabilização e colocando em suspenso posições que encampem outro percurso político, acusadas de leniência com a virtualidade da corrupção. Trata-se de uma aposta enunciativa frente à qual não parece haver oposição sustentável no mercado político brasileiro atual, ainda condicionado pelos desdobramentos da Operação Lava-Jato e pelo processo de vilanização das elites políticas e intelectuais que conduziu Jair Bolsonaro à presidência.

Nessa cena, o gestor-auditor se apresenta como aquele que toma do circuito anterior a crítica à Lei Rouanet e a desloca a fim de concretizar o que seria a "verdadeira" política pública: sendo ele o perito, é também dele a gramática possível para o julgamento e o destino do gerenciamento do mecanismo. Em 2020, a Secult estabeleceu metas para gerir o imbróglio envolvendo a legislação, anunciando a capacidade de auditoria de 1.500 projetos por ano e limitando ao mesmo número o contingente de novas propostas a aprovar (BRASIL, 2020), teto significativamente abaixo da demanda do mercado cultural brasileiro.³¹ Em nossa pesquisa, não encontramos indícios de que a atual gestão reivindique a ampliação do seu quadro de servidores para sanar o passivo de prestações de contas, tampouco a expectativa de criação de uma força-tarefa com esse objetivo. No contexto do governo Bolsonaro, o controle

sobre os projetos financiados pela Lei Rouanet parece assim ter sido transformado de problema em trunfo político, pelo qual o gestor-auditor se coloca em posição de periciar o acesso aos fundos de incentivo, delimitar o volume de seus destinatários e responder ao público de um novo circuito para as políticas culturais.

Essa posição marca seu antagonismo em relação àquele perfil de competências que, como argumentamos, teria sido historicamente desempenhado pelos intelectuais na institucionalização da gestão cultural pelo Estado brasileiro. A função de "intérprete do social" que situou esses agentes no terreno de nossas políticas públicas parecia estar assentada sobre certa *lógica premiativa*: agindo como um curador, o intelectual foi por longas décadas entendido com o encarregado de "revelar o Brasil" para si mesmo, inscrevendo grupos e expressões culturais marginalizados nos marcos do reconhecimento público e oficial. Esse objetivo se conecta ao desenho de um projeto inclusivo de sociedade que fascina nossas elites intelectuais (MICELI, 1985; BARBALHO, 1998), pelo qual a cultura se transforma em ferramenta para conceder status de cidadania àqueles que não o têm.

Fartamente documentado na historiografia de nossas políticas culturais (BOTELHO, 2007; DOMINGUES, 2008), tal perfil parece ter seus termos tensionados pela figura do gestor-auditor, que atua como um perito na administração do erário público. Esse agente opera segundo uma *lógica punitiva*, a fim de articular regimes de penalização de grupos e expressões culturais que gozariam de privilégios indevidos. Sua tarefa, portanto, não é elevar segmentos e manifestações excluídos ao plano da *cidadania cultural*, mas, antes, rebaixar o próprio circuito da política cultural ao plano da *cidadania pecuniária* protagonizado pelo instituto da prestação de contas. Artifícios retóricos e práticos como aqueles vistos neste texto funcionam assim como instrumentos pelos quais artistas, produtores e organizações culturais seriam reinscritos no campo das obrigações que

³¹ Apenas para ilustração, o ano de 2015 teve aproximadamente 11 mil apresentados à Lei Rouanet, 5 mil aprovados e 3 mil conseguiram captar recursos (COSTA; MEDEIROS; BUCCO, 2017).

competem a qualquer cidadão. Frias e Porciuncula parecem avançar esse quadro semântico ao falarem como atores ontologicamente nivelados com sua audiência, estabelecendo com ela um sentido de equivalência e denunciando a forma pela qual o setor produtivo da cultura reivindicaria para si um status distinto de cidadania.

No entanto, a despeito das lógicas premiativa e punitiva que distinguem seu tratamento do campo cultural por intermédio da máquina pública, o intelectual e o gestor-auditor guardam entre si uma inusitada simetria. Por caminhos radicalmente opostos, eles se empenham em definir como destinatário legítimo da política cultural um cidadão que corresponda à imagem que fazem de si mesmos: seja pelo reconhecimento concedido a grupos e expressões esquecidos, seja pela submissão do campo da cultura às exigências públicas que definem outros universos laborais. Assim, se do intelectual é esperada aquela ação virtuosa, "lúcida e íntegra" (BOTELHO, 2007, p. 131), cabe ao gestor-auditor portar-se essencialmente como um trabalhador, um técnico que, no exercício da gestão pública, faz o que sua audiência faria em seu lugar. Sua missão é, portanto, não apenas representar interesses, mas incutir na própria administração do Estado a estética desses anseios.

Tal jogo retórico, eficaz junto aos públicos aos quais se dirige, parece reproduzir o caráter do populismo digital em suas associações com o neoliberalismo e o fenômeno da pós-verdade. Como vimos, nesse novo regime implantado na Secult o perito não é extinto, mas reafirmado por meio de um perfil policalesco-punitivista. Retomando os achados de Cesarino (2020), importa perceber que, no quadro do populismo digital, qualquer um pode ser (ou poderia se pensar como) um perito,³² um traço que se conecta aos apelos do imaginário neoliberal em torno da ideia do mérito. Na cena recente da Secult, testemunhamos esse quadro se instalar reservando ao circuito anterior das políticas culturais uma função negativa - referência do que uma política pública

não é -, ao mesmo tempo em que uma especulação propositiva é vocalizada em torno daquilo que ela *deveria ser* como regime de peritagem.

Referências

ALMEIDA, Amanda; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio (org.). *Cultura pela palavra*: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da cultura 2003-2010/Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUERLEIN, Mark, GRANTHAM, Ellen (org.). *National Endowment for the Arts: A history 1965-2008*. Washington: National Endowment for the Arts, 2009.

BENNETT, W. Lance; LIVINGSTON, Steven. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*, Thousand Oaks, v. 33, n. 2, p. 122-139, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323118760317>. Acesso em: 13 set. 2021.

BOTELHO, Isaura. A política cultural & o plano das ideias. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

BRASIL. Ministério Do Turismo. *Portaria nº 24, de 22 de dezembro de 2020*. Institui metas de análise de propostas culturais para o controle do passivo de prestação de contas no âmbito de toda a Secretaria Especial de Cultura. Poder Executivo, Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.alertadiario.com.br/publication_pages/2a068-diario-oficial-da-uniao-secao-1-atos-normativos-2020-12-23-pg-149. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. Ministério Do Turismo. *Portaria nº 32, de 23 de julho de 2021*. Poder Executivo, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-32-de-23-de-julho-de-2021-334105991>. Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. Planalto. *Lei n.º 8.313 de 23 de dezembro de 1991*, restabelece princípios da Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. *Medida Provisória nº 870*, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830. Acesso em: 13 set. 2021.

BRITO, Simone Magalhães. "Menos política, mais eficiência": uma análise sociológica das práticas de auditoria

³² "Diferente do sistema de peritos, esse modelo prescinde do 'controle' [...], pois não há estrutura estável contra a qual checar os enunciados que circulam on-line. A eficácia dos enunciados é mercadológica" (CESARINO, 2020, p. 79).

e produção de sentidos morais no campo burocrático. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 215-234, 2019. p. 215-234. Disponível em: <https://www.re-dalyc.org/journal/5957/595765841010/595765841010.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRUNNER, José Joaquín. Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades. In: GARCIA CANCLINI, Néstor (org.). *Políticas Culturales en América Latina*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59.

CALABRE, Lia. Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências. *PragMATIZES*, Niterói, ano 4, n. 7, p. 109-129, set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10392>. Acesso em: 5 ago. 2021.

CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 62 n. 3, p. 530-557, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo no Brasil. *Internet e Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-uma-eleicao-CC%27a%2C%83o-sem-sair-de-casa.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CESARINO, Leticia. Pós-Verdade e a crise do Sistema Peritos: uma explicação cibernética. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: 23 jun. 2021.

COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira; BUCCO, Guilherme Brandelli. O financiamento da cultura no Brasil no período 2003-15: um caminho para geração de renda monopolista. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro v. 51, n. 4, p. 509-527, jul./ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/rjrap/a/Sf3MpMQMk6QhHkLw4C89PVF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2019.

DOMINGUES, João. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares*. 2008. 216 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DOMINGUES, João; PAULA, Leandro de. Entre a batalha e a guerra: algumas notas sobre o trabalho cultural. In: DOMINGUES, João; MACHADO, Gustavo Portella Machado. (org.). *Realização profissional e precarização: estudos sobre o trabalho cultural a partir da experiência discente*. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ, 2019. p. 140-151.

DOMINGUES, João; PAULA, Leandro de. O incentivo à cultura em disputa pública: performances político-discursivas de uma CPI. In: SUZUKI, Júlio César; BORGES, Valterlei; BITELLI, Fábio Molinari (org.). *Estudos de políticas públicas: turismo, gestão, cidade*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021. p. 67-91. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/620>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DOMINGUES, João; SANTOS, Leandro de Paula; SILVA, Mariana. Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura. *Eptic (UFS)*, Aracaju, v. 20, p. 178-195, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/9638>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DOMINGUES, José Mauricio. As subjetividades coletivas e as províncias prático-hermenêuticas da vida social. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 311-328, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/163382/165593>. Acesso em: 14 set. 2021.

GIDDENS, Anthony. Risco, confiança e reflexividade. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Moderнизация Reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GUIMARÃES, Bruno Costa. Concentração cultural: Por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na cultura está mais concentrado que o PIB? *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v.25, n.2, 2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39490>. Acesso em: 5 set. 2021.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ABREU, Mariana; SARMENTO, Rayza. Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 40, p. 33-54, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/m5gtKdtQvwqTnBLNgX8ZKqF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MICELI, Sérgio. Os intelectuais brasileiros e o Estado. In: ARROSA SOARES, Maria (org.). *Os intelectuais no processo político da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1985.

MUNIZ JUNIOR, José de Souza; BARBALHO, Alexandre. Entre a diversidade e o antagonismo: práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/VCdbmHKLctTjtfjQYvcHfSz/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PINTO, Eduardo Costa. *Bolsonaro e os Quartéis: a loucura como método*. Instituto de Economia - UFRJ, Texto para Discussão 006, 2019. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>. Acesso em: 14 set. 2021.

SANTOS, Marcelo Augusto de Paiva dos. *Políticas culturais, um campo em formação: explorações a partir de metodologias informacionais e cientométricas*. 2017. 150 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. São Paulo, SP, Brasil

WARNER, Michael. Publics and conteurpublics. *Public Culture*, Durham, v. 14, n. 1, p. 49-90, 2002. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/26277>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2012

Gabriel Cid

Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Bolsista FAPERJ, realiza pesquisa de pós-doutoramento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (UERJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil

João Domingues

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, RJ, Brasil.

Leandro de Paula

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, BA, Brasil.

Endereço correspondência

Gabriel Cid

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

R. São Francisco Xavier, 524, Sala 9037 - Bloco F

Maracanã, 20550-900

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

João Domingues

Universidade Federal Fluminense

Instituto de Arte e Comunicação Social

Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades

Rua Prof. Lara Vilela, 126

São Domingos, 24210-590

Niterói, RJ, Brasil

Leandro de Paula

Universidade Federal da Bahia

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências

Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

Av. Adhemar de Barros, s/n - PAF V

Ondina, 40170-110

Salvador, BA, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.